

**RENATO SOEIRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM NOVO OLHAR
PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO**

Carolina Martins Saporetti

Centro de Conservação da Memória da Universidade federal de Juiz de Fora (CECOM-UFJF)

carolinamartinssaporetti@gmail.com

O início da trajetória de Renato Soeiro no IPHAN

Renato de Azevedo Duarte Soeiro nasceu no dia 23 de dezembro de 1911, em Belém- Pará, filho de Benedito Duarte Soeiro e Angélica de Azevedo Soeiro. Matriculou-se no curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, em 15 de março de 1932. Soeiro se formou em 1937. No ano seguinte começou a trabalhar no SPHAN como assistente técnico de 3ª classe (SAPORETTI, 2017, p. 21).

Soeiro foi contratado como arquiteto do SPHAN¹-MES em 1940. No ano de 1946, ele alcançou o cargo de diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR) da então DPHAN. Renato Soeiro permaneceu neste cargo até 1967, quando se tornou diretor da DPHAN, onde manteve-se por 12 anos.

Na função de diretor da DCR, Soeiro foi um dos principais representantes da DPHAN no âmbito internacional. Dessa forma, ele participou de diversos eventos, dentre estes: Reunião de especialistas organizada pela UNESCO em Paris – França (1952); Simpósio Panamericano para a Preservação de Monumentos Históricos – Flórida – Estados

¹ Durante a trajetória Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ocorreram mudanças no nome da instituição. Em 1937 foi denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1946 alterou para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970, a DPHAN foi transformada em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979, o IPHAN foi dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990, a SPHAN e a FNPM foram extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, o IBPC foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SPHAN, 2009).

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Unidos (1965); Reunião de especialistas – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS (UNESCO) em Bruxelas – Bélgica (1966) (SOEIRO, sem data).

Na reunião em Paris (1952), Soeiro participou como representante do Brasil. Nesta conferência ocorreram estudos sobre providências de proteção de monumentos e bens culturais na possibilidade de conflito armado.

No Simpósio Panamericano para a Preservação de Monumentos Históricos (1965), ele apresentou na função de delegado do Brasil. Na sua fala, este abordou sobre a preservação do patrimônio no Brasil, o ato de tombamento e as atividades da DPHAN. Soeiro narrou sobre as condições para o tombamento, e também a cerca das características dos bens tombados neste período. Segundo Soeiro, os principais bens tombados eram do século XVIII, em suas maiorias imóveis com arquitetura colonial (SOEIRO, 1965).

Na reunião de especialistas do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) (1966), patrocinada pelo Instituto Royal du Patrimoine Belgique, foi feito um trabalho sobre a organização e utilização de Centros de Documentação relacionada a atividades do Conselho, Soeiro foi delegado do Brasil.

Nesta reunião, ele destacou os problemas na ação de preservação do patrimônio no Brasil. Além da falta de apoio da população. Soeiro também enfatiza a dificuldade de conseguir organizar uma equipe capacitada. Assim, se faz necessário criar um Centro de Documentação, com uma biblioteca completa em relação a referências e periódicos sobre preservação do patrimônio nacional e internacional, o que auxiliaria no trabalho dos técnicos, uma vez que estes teriam acesso à informação (SOEIRO, 1966).

Renato Soeiro foi um importante representante das relações internacionais na DPHAN, responsável pelo estreitamento com grandes organizações, como a UNESCO. Em carta destinada a Rodrigo M. F. de Andrade, em junho de 1966, Soeiro lhe disse sobre um projeto do IPHAN que visava solicitar recursos da UNESCO para programas de Incremento ao Turismo e de Recuperação de Recursos Naturais. Após negociações mediadas pelo embaixador Carlos Chagas Filho para conseguir o apoio da UNESCO, o Brasil recebeu a visita de representantes da organização.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Rodrigo M. F. de Andrade enviou uma carta ao Ministro da Educação e Cultura, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, em outubro de 1966, na qual pediu que a delegação brasileira apoie o

Plano do Incentivo ao chamado Turismo Cultural, importando em concurso financeiro de estabelecimentos de crédito internacional, sob responsabilidade da UNESCO, para conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza nos territórios dos Estados membros. (...). Pleiteamos a aplicação dele ao Brasil. Se a Conferência Geral tiver de incluir no orçamento recursos destinados a favorecê-lo, há grande conveniência de que a Delegação brasileira, sob sua presidência, apoie a medida (ANDRADE, 1966).

No ano sucessor foi concluída a missão do consultor da UNESCO no Brasil, Michel Parent, este tinha o objetivo dar o parecer sobre o auxílio pleiteado para a execução de um plano de serviços desta instituição, cuja inclusão é pleiteada no programa das Nações Unidas de Incentivo ao Turismo Cultural.

Em seu relatório, Parent ressaltou o contato próximo que teve com os funcionários do então IPHAN, especialmente com Renato Soeiro e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Enfatizou que qualquer “planejamento global para a conservação dos bens artísticos e de determinados patrimônios naturais” que seja desejado pelo governo e levado em consideração pela UNESCO deveria ser realizado por meio de sua integração nos projetos de desenvolvimento do país (PARENT, 2008).

As avaliações feitas por Parent, sobre as mais de 35 cidades visitadas durante suas estadas no Brasil resultaram produtos importantes, tanto em relação à proteção pela DPHAN, quanto na relevância que tais localidades passaram a assumir junto à UNESCO. Além de ter propiciado uma visão das ações, iniciativas e perspectivas desta organização no que cabia ao conhecimento e preservação dos bens culturais em uma amplitude mundial, seu texto contribuiu para se entender a relação estabelecida pela noção de “turismo cultural” entre a DPHAN e a UNESCO, relação que foi concretizada, neste período, com a visita de vários peritos a cidades brasileiras.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Assim, Renato Soeiro e Rodrigo M. F. de Andrade conseguiram recursos para implantar programas que protegessem o patrimônio através de atividades turísticas. Principalmente na gestão de Soeiro no IPHAN, podem-se observar políticas de preservação adaptadas ao desenvolvimento do país e gerando renda a partir de atividades turísticas.

A direção de Renato Soeiro e as relações internacionais

A importância que Soeiro adquiriu dentro da instituição através de cargos e atividades, como Chefe da Divisão de Conservação e Restauração (DCR), representante do Brasil em diversos congressos e reuniões internacionais e diretor-substituto (pelo cargo que ocupava) ocasionaram na indicação dele para diretor. Rodrigo Melo Franco de Andrade apontou no discurso de posse de Renato Soeiro as razões pela escolha:

Ao cargo de alta responsabilidade que exerceu até agora, por mais de vinte anos, com proficiência notável, tal como ao que passa de ora em diante exercer, ascendeu sem os ter postulado, nem se insinuado, para ocupá-los, levado apenas pelo reconhecimento a suas aptidões e ao valor da obra que já tinha realizado (ANDRADE, 1987, p. 180).

Nesses anos de dedicação ao SPHAN, Soeiro teve uma atuação significativa na instituição, trabalhando desde os primeiros anos deste órgão em ações e projetos de preservação ao patrimônio.

Nas décadas de 60 e 70, as políticas de preservação do patrimônio no Brasil, também foram marcadas por grande influência de órgãos internacionais. Principalmente, a partir de 1967, quando Renato Soeiro assumiu a direção da DPHAN. Dessa maneira, se baseando em orientações da UNESCO, da Organização dos Estados Americanos (OEA), documentos como as Normas do Quito (1967), a DPHAN passou a utilizar da prática a utilização do patrimônio cultural para alavancar o desenvolvimento dos países por meio do turismo.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Segundo Cecília Ribeiro, o discurso para o turismo cultural foi considerado por Saskia Cousin como “bom turismo”. A ideia dessa autora está relacionada às vantagens econômicas do turismo, sem considerar às dificuldades e conflitos que poderiam ocorrer. Assim, creditava-se sentido positivo para técnicos, países envolvidos, instituições e turistas. Assim, ela destacou o turismo cultural como um discurso alternativo ao turismo de massa (COUSIN, 2008, p. 44 APUD RIBEIRO, 2016).

Para Ribeiro, o turismo cultural não poderia ser uma proposta alternativa ou que se opunha ao turismo de massa. O turismo cultural se relacionava ao turismo de massa e tinha-o por referência, uma vez que a atração de muitos turistas poderia gerar grandes investimentos em infraestrutura básica e específica para o turismo e tinha como objetivo o desenvolvimento econômico de uma região ou país (2016).

No Brasil, o turismo cultural pode ser visto como grande aliado para o andamento de ações culturais, importante para o desenvolvimento, inclusive econômico, do país e para a preservação dos bens culturais a partir da utilização destes.

Como foi citado anteriormente, Soeiro participou da preparação de importantes documentos internacionais da UNESCO, como a Reunião do Quito - Equador, da Organização dos Estados Americano, realizada entre os dias 28 de novembro e 02 de dezembro de 1967 (AZEVEDO, 2005).

As Normas do Quito reconhecem que, os bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e podem contribuir com o progresso. A partir desta ideia ampliou-se a concepção de que o turismo pode ser visto como uma alternativa de conservar o patrimônio de forma sustentável. Em relação à conservação, o desenvolvimento turístico era um dos princípios integrados ao modelo contemporâneo de administração dos centros históricos, onde o patrimônio ambiental e urbano é visto de forma ampliada, sendo gerado pela união entre o poder público, a sociedade organizada e a iniciativa privada. Tratava-se de um modelo de conservação conjunta, que tem como foco principal as áreas ambientais, culturais e históricas, através dos princípios do desenvolvimento sustentável, com o

objetivo principal de estabelecer uma relação harmônica entre a conservação, restauração e a renovação dos centros históricos.

No documento, "Notas sobre a reunião de Quito", Soeiro apresenta um resumo da reunião de Quito e relata sobre a participação do Brasil, neste encontro:

O Brasil, no presente encontro de Quito, contribuiu não só com sua experiência no trato das questões técnicas atinentes aos problemas de preservação, valorização e utilização dos bens culturais como também em relação à aplicação de legislação específica pertinente, subscrevendo integralmente as indicações relativas à complementação dessa legislação e, bem assim, às da defesas da paisagem e da exportação de obras de arte.

Defendeu o Brasil o estabelecimento de um programa em 2 estágios: o primeiro, de emergência, e curto prazo, para evitar o desaparecimento dos bens culturais ameaçados de perecimento, que deve ser precedido de intensa campanha de esclarecimento público, pelos meios atuais disponíveis, imprensa, rádio, TV, cinema, publicações, exposições, etc., com o fim de não só chamar a atenção para dever e obrigação das autoridades responsáveis como para os benefícios econômicos que advirão de seu adequado aproveitamento dentre dos respectivos planos nacionais de desenvolvimento. No segundo estágio, seriam estabelecidas as normas para a conservação permanente desses bens (SOEIRO, 1967, p. 4).

A reunião citada acima deu origem as "Normas do Quito" (1967), em que consta a assinatura do então diretor do IPHAN, Renato Soeiro. Este registro é o resultado da necessidade da conservação e utilização do patrimônio monumental e da relação de esforços multinacionais que se comprometeram a realizar os governos da América.

Neste documento enfatiza-se a importância de preservar o espaço em volta do bem cultural. Determina-se que "a idéia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que emoldura e aos bens culturais que encerra" (Normas do Quito, 1967, p. 2).

As Normas do Quito foram inspiradoras do Programa das Cidades Históricas do Nordeste (PCH)², principal ação da administração de Renato Soeiro e um dos mais importantes programas da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República, durante o Regime Militar (AZEVEDO, 2013, p. 30).

2 A partir de 1979, o Programa das Cidades Históricas do Nordeste passou a ser conhecido como Programa das Cidades Históricas, pois foi expandido para outras regiões do país.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Em 1972, liderando a delegação brasileira, Soeiro participou do Comitê Especial de Peritos Intergovernamentais responsáveis de preparar Projetos de Convenção e Recomendação aos Estados Membros da UNESCO sobre a Proteção de Monumentos, Conjuntos e Lugares Históricos, realizado em Paris, de 4 a 22 de abril.

Esta reunião contou com a participação de delegados de 52 países. Soeiro foi eleito o vice presidente deste Comitê, tendo uma importante participação. Os países europeus, asiáticos e latino-americanos queriam que a temática fossem os monumentos, conjuntos e lugares históricos, de acordo com o que havia sido convocado na reunião. Contudo, os Estados Unidos e o Canadá, que possuem grandes parques e paisagens naturais, insistiram para que o foco fosse ser o patrimônio natural, como anuncia matéria publicada no Jornal do Brasil, em 8 de abril de 1972.

De acordo com Azevedo, Soeiro procurou evitar o confronto dos dois grupos e manteve o tema dos valores culturais sem desconsiderar o patrimônio natural. Dessa maneira, à proposta final adquiriu uma amplitude que não possuía originalmente. Esta foi a reunião preparatória da 17ª Assembleia da UNESCO, realizada de 17 de Outubro a 21 de Novembro do mesmo ano em Paris, que aprovou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural e a Recomendação para a Proteção, em âmbito nacional, do Patrimônio Cultural e Natural (AZEVEDO, 2013, p. 43).

Na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), cada país identificou e delimitou os diferentes bens situados no seu território, sejam monumentos, conjuntos, lugares de interesse culturais e naturais.

Assim, analisaram a situação desses bens e constataram que em âmbito nacional, o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição; que a degradação ou o desaparecimento desses bens constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio; e consideraram que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstram a importância que constitui, para os povos, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam; entre outras observações.

Para estes fins, no documento desta convenção está destacado:

Com o fim de assegurar uma protecção e conservação tão eficazes e uma valorização tão activa quanto possível do património cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país, os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão na medida do possível por:

a) Adotar uma política geral que vise determinar uma função ao património cultural e natural na vida colectiva e integrar a protecção do referido património nos programas de planificação geral;

b) Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de protecção, conservação e valorização do património cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispondo dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;

c) Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural e natural;

d) Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do referido património; e

e) Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da protecção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio (Art. 5º Convenção para a Protecção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972).

Nesta reunião também se criou junto da UNESCO o Comitê do Patrimônio Mundial. Este seria composto por 15 Estados eleitos em assembleia geral no decurso de sessões ordinárias da Conferência Geral da UNESCO. Ficou previsto também, que o número de membros deste Comitê será elevado até vinte e um, a partir do momento em que quarenta Estados fizerem parte deste Comitê (Art. 8º Convenção para a Protecção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972).

Ademais, se determinou que assistissem às sessões do Comitê com voto consultivo um representante do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Centro de Roma), um representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e um representante da União Internacional para Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), aos quais poderão ser acrescentados, a pedido dos Estados parte, reunidos em assembleia geral no decorrer das sessões ordinárias da Conferência Geral da UNESCO, representantes de outras organizações

intergovernamentais com objetivos idênticos (Art. 8º Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972).³

O diretor da UNESCO juntamente com estes representantes foi responsável pela preparação da documentação do Comitê, a ordem do dia das suas reuniões e da certificação da execução das suas decisões.

Considerações finais

A partir do que foi dissertado neste artigo, pode afirmar que Renato Soeiro foi uma figura importante no processo de internacionalização do IPHAN, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, intervindo no desenvolvendo as políticas de preservação do patrimônio de acordo com o que estava sendo discutido mundialmente, como por exemplo, a utilização do turismo para conservação do patrimônio e para atração de recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

3 O Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais foi criado como resultado de uma proposta apresentada na Conferência Geral da UNESCO em Nova Deli, em 1956. Três anos depois, o Centro foi criado em Roma, Este Centro é uma organização intergovernamental dedicada à preservação do patrimônio cultural em todo o mundo através de programas de formação, informação, pesquisa, cooperação e advocacia. Destina-se a potenciar o campo de conservação-restauro e consciencializar para a importância e fragilidade do patrimônio cultural.

O ICOMOS, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, teve a sua criação em 1965, como resultado dos primeiros encontros organizados por arquitetos, historiadores e especialistas internacionais no início do século XX e que se materializou na adoção da Carta de Veneza em 1964. Esta é uma organização não governamental global associada à UNESCO. A sua missão é promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização de monumentos, centros urbanos e sítios. Participa no desenvolvimento da doutrina, evolução e divulgação de ideias, e realiza ações de sensibilização e defesa.

A UICN foi fundada em 1948. A missão desta organização é influenciar e assistir sociedades para a conservação da natureza, e assegurar que todo e qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável. A colaboração com governos nacionais e locais, comunidades e outros organismos, para que sistemas de áreas protegidas sejam criados e geridos corretamente, é uma das especialidades da UICN e constitui um de seus focos principais e das organizações que a compõem.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Fundação Nacional Pró Memória, 1987.

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. Homenagem do Conselho Consultivo do Iphan a Renato Soeiro. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2005, p. 1. Disponível em: portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=363. Acesso em: 21/05/2019 às 18 horas e 43 minutos.

_____. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins. (org). Estado e sociedade na preservação do patrimônio. Salvador: Edufba; IAB, 2013, p. 19-53.

Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972). Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2019 as 14 horas e 45 minutos.

OEA. Norma de Quito. Quito, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2019 as 18 horas e 40 minutos.

PARENT, Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico (tradução de Rejane Maria Lobo Vieira) in: LEAL, Claudia F. Baeta (org.). As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

RIBEIRO, Cecília. O que tinha a Unesco a ver com o desenvolvimento econômico? In: Vitruvius. Ano 16, fev. 2016.

SAPORETTI, Carolina Martins. A GESTÃO DE RENATO SOEIRO NA DIREÇÃO DA DPHAN (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL) (1967-1979). 2017.134 f.

IPHAN. Caderno de Estudos do PEP Cronologia e Bibliografia das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

Fontes primárias

ANDRADE, Rodrigo, M. F. Carta. 20 out. 1966, Rio de Janeiro - RJ, para Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, Rio de Janeiro. Série Assuntos Internacionais.

SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. Curriculum Vitae, sem data. In: Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0417. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

_____. Conservação dos Monumentos Históricos no Brasil. Memória apresentada ao Simpósio Panamericano sobre Preservação de Monumentos Históricos. St. Augustine, Flórida, 10-13/06/1965. In:Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0420. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

_____. Notas sobre a Reunião do Quito. 11/12/1967. PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0420. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

_____. Rapport sur la conservation des monuments et des site au Brésil. Bruxelas, Bélgica. 15/12/1966. In:Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0420. II-A. Arquivo Central / IPHAN.